

A propósito de uma leitura de jornal - controle, censura, interdição... qual a saída?

Prof. Ms. Hermes Honório da Costa*

Resumo: Este texto parte da reflexão sobre um artigo de jornal e tece algumas considerações sobre “liberdade de expressão”. A partir dessas reflexões, investiga o papel que os organismos de controle, censura e interdição têm sobre o sujeito, sobre a circulação dos discursos e sobre a produção de sentido, à luz da Análise do Discurso. Contrapondo a essa realidade verificada, faz-se uma visita à Literatura e encontra nela uma saída para que o sujeito possa praticar a “liberdade de expressão”, pelo caminho da criação e da construção estética no campo da linguagem verbal. A fundamentação está em teóricos da Análise do Discurso, de linha francesa, e da Literatura. E as comprovações estão em fragmentos de autores da Literatura Brasileira.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Literatura, sujeito, discurso, sentido.

Tempo de dificuldades. Tempo de desafios. Tempo de enfrentamentos dos mais diversos... Tempo de criação, de empreendedorismo, de busca de alternativas... Uma coisa parece estar ligada à outra, especialmente no que diz respeito à vida em sociedade. Mas o objetivo aqui não é discutir essas relações sociais à luz da Filosofia, Sociologia, Política ou qualquer outra área do conhecimento. Apenas se quer lançar alguma pergunta sobre o uso da linguagem e sobre o que se chama de “liberdade de expressão”. Talvez a primeira pergunta que insiste em sair seja essa: – O que há por detrás de uma defesa intransigente da “liberdade de expressão”?

Ao escrever este texto, propositalmente, optou-se pelo estabelecimento de um diálogo em busca do entendimento de uma coluna publicada no jornal Clarim¹, em espaço

reservado para “opinião”, e do que pode estar em um discurso ali defendido com valor de verdade.

A partir daí, o diálogo caminha pelo espaço da Linguística, em especial da Análise do Discurso, para fazer um contraponto com a Literatura. Esse caminho cheio de percalços quer chegar a uma resposta para a pergunta – qual é a saída? – se nos colocamos frente a frente com uma prática social marcada pelo controle do Estado e da própria sociedade sobre ela mesma e sobre cada pessoa, através da prática incessante da censura e da interdição. Se não se chegar a uma resposta nenhuma também valerá o caminho que há de ser trilhado, pois não é possível sobreviver sem uma abertura, sem uma luz na caverna onde foram encerrados os pensadores na sociedade moderna. Pior, uma caverna que quer ser confinamento de todos e forma de impossibilitar as mudanças sociais que decididamente acontecerão, por mais que o fluxo das transformações seja estancado.

A primeira âncora para reflexão está lançada sobre um texto publicado em uma coluna de opinião em um jornal em circulação na cidade de Araxá, como já foi mencionado.

O que está escrito nessa página de jornal?

Vejamos. No primeiro parágrafo, há três afirmações pontuais. A primeira é conceitual: “Liberdade de expressão significa ser livre para falar livremente sem censura.”. A segunda afirmação é de caráter informativo: “Nos Estados Unidos, a liberdade de expressão é um direito de todo cidadão, garantido pela constituição.”. A última afirmação tem caráter opinativo: “Basicamente pode-se falar o que quiser, sem estar contrariando a lei, mesmo coisas que ofendem as minorias e expressam preconceitos.”.

Não se propõe aqui fazer uma análise do texto publicado, mas sim perguntar alguma coisa que não quer ficar calada. Se liberdade de expressão é falar livremente o que se quer e se a Constituição garante esse direito, por que a terceira afirmação começa negando essa realidade de direito, usando a palavra “basicamente” e voltando o olhar para “minorias” e expressão de “preconceito”. Já não estaria aí o começo da negação do direito de livre expressão?

Para confirmar a negação do que foi afirmado nas cinco primeiras linhas da coluna da matéria publicada no jornal, o segundo parágrafo já começa de forma radical: “A lei que garante a liberdade de expressão não é absoluta.”.

Percebes que está instalada a contradição no próprio dizer? E mais: pode-se falar contra as “minorias” e expressar “preconceitos”.

A partir do segundo parágrafo e até o sexto, a autora conta uma historinha de um comediante dos Estados Unidos, Michel Richards, que acabou com sua carreira porque

“de microfone na mão, ele perdeu o controle e usou palavrões, de caráter racista, por mais de dois minutos”. Entre os palavrões, informa a autora, “ele proferiu o termo depreciativo *nigger*, que é um termo extremamente ofensivo para se referir aos negros”. Guardemos bem essa afirmação, pois precisaremos dela mais adiante.

No parágrafo sétimo, estão citados alguns países em que “é proibido vender artigos nazistas, como suásticas e bandeiras” e aponta três países, nominalmente, em que “é crime dizer que o Holocausto nunca existiu”. Sequencialmente, a autora volta a defender a existência da liberdade de expressão nos Estados Unidos dizendo que lá “a coisa é diferente. A liberdade de expressão garante que o cidadão expresse suas crenças e opiniões.”. Mas no parágrafo nove ela informa que “alguns estudiosos da lei acham que os Estados Unidos deveriam reavaliar sua posição com relação a expressões de ódio de caráter racista”. E mais: “Discursos que estimulem o terrorismo ou convidam à violência deveriam ser punidos, de acordo com certos especialistas.”.

Seguindo o texto, a autora volta a afirmar que “a liberdade de expressão continuará a ser uma característica da sociedade americana”, ou estadunidense, para ficar mais claro. E afirma ainda que “essa idéia está enraizada numa visão individualista do mundo e no medo de que o governo possa começar a ditar o que o cidadão pode ou não falar”.

Terminando o seu artigo que tem como título “Liberdade de expressão”, a autora, Denise Osborne, volta a afirmar que essa liberdade está na constituição daquele país e que “não será fácil mudar esse conceito”. A última frase do texto é uma afirmação contundente: “É uma marca americana que distingue os Estados Unidos dos outros países ocidentais.”.

Este exercício de passar os olhos sobre o texto já é suficiente para levantar algumas perguntas sobre a relação do Estado com o cidadão. Onde há um Estado constituído e que não controla os cidadãos que a ele estão relacionados? Qualquer organização social dá-se a partir de determinados princípios reguladores de seus membros que determinam o que pode e o que não pode; em especial o que pode ou não ser dito. Se se pensar então no Estado que já é uma instituição reguladora e controladora a situação é mais clara ainda: há um controle permanente e vigilante de todo o comportamento do cidadão. E, então, dizer ou não dizer passa a ser uma questão de sobrevivência do cidadão em uma determinada sociedade, regida por uma estrutura estatal. Desrespeitar qualquer norma estabelecida como princípio de controle social é colocar-se como um “fora da lei”, portanto, criminoso, e que deve ser banido ou excluído; marcado para morrer, muitas vezes.

Com este simples questionamento e consideração sobre a sociedade/Estado e sua organização e controle, se voltarmos os olhos para o texto de Denise Osborne, ele já nos

apresenta um outro valor de verdade, um valor de mentira e o discurso ali presente de defesa dos ideais e da prática de “liberdade de expressão” naquele país pode não ser em nada como ela está afirmando, pois tanto lá, quanto cá e em todas as partes do mundo, o Estado é uma organização que só sobrevive a partir do controle rígido que exerce sobre o cidadão e sobre as organizações sociais no espaço de seu domínio. Isso é feito tanto pelos aparelhos repressores quanto pelos aparelhos ideológicos.

A própria condição do sujeito, enquanto sujeito de discurso, confirma essa realidade do controle do Estado sobre o cidadão. Se “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”, quer dizer que o *status* de sujeito implica uma adesão silenciosa ou não, pacífica ou não, consciente ou inconsciente desse indivíduo a um quadro de controle que é exercido por um sistema social ou estatal. Triste constatação, meu amigo, mas a condição de ser do sujeito impõe a realidade de um conflito instaurado pela posição dialética do próprio sujeito – ser e não ser – como veremos mais adiante. Por enquanto, firmemos nossa atenção nessa questão do controle, que está em Foucault² e em Althusser³

Voltando ao texto motivador dessas indagações, outras referências podem ser tomadas nas relações internacionais daquele país, a que se refere Denise Osborne sobre a “liberdade de expressão”, em especial a sua ingerência e interferência em outros Estados, de forma ostensiva ou velada, na tentativa de controlar Estados e organizações sociais, tirando deles não só a “liberdade de expressão”, mas também outras formas de liberdade que são direitos fundamentais da pessoa humana, tais quais o direito de ir e vir, o direito à integridade física, direito à vida, à alimentação... e tantos outros.

Toda prática de linguagem implica uma postura dialógica. Refletir sobre o dizer ou sobre o que fora dito por alguém, como é o ponto de partida deste texto em produção, acaba sendo uma reflexão dialógica, pois ninguém fala ou escreve senão para que alguém ouça ou leia. No caso específico da produção deste texto, já foi dito anteriormente que optou-se, propositalmente, pelo estabelecimento de um diálogo em busca do entendimento. E no decorrer dele já foi registrada uma forma verbal que implica a presença de um outro com quem se fala. O nono parágrafo começa assim: percebes que está instalada a 2 contradição no próprio dizer? Esse percebes quer trazer para esta escritura a presença de um interlocutor, com o objetivo de facilitar a reflexão sobre o tema e conteúdo que estão em jogo, para confirmar que a prática de linguagem é um exercício dialógico, mesmo que seja entre o eu e o outro eu que habita o mesmo sujeito, e para que o que está sendo dito tenha um comprometimento de diferentes sujeitos, mesmo que fictícios. Isso terá um efeito

prático no que estão amarradas as conclusões possíveis da reflexão e texto em elaboração – a criação literária.

Compreendes o que estou pensando? Entendes o que quero dizer? Ótimo. Mas, seguem mais algumas considerações. Pensa em todas as autoridades constituídas! Não são todas elas marcadas, pelo poder que lhes é conferido, pela condição de controladoras, de ditadoras do que pode e do que não pode? Não são essas mesmas autoridades que controlam nosso ir-e-vir com os pedágios, fiscalização, sinais, multas...? Não são elas que nos cobram impostos e controlam, através da oferta, o que podemos comer, beber ou vestir? Não são as mesmas que regulam e controlam as informações para que possamos ter conhecimento só e tão somente do que querem que saibamos? Não são as mesmas que bloqueiam o conhecimento para que ele continue sendo privilégio de poucos?

Pedes exemplo!? Vejamos alguns exemplos.

Já passaste pela Av. Hítalo Ros, em Araxá? Quem chega à cidade encontra lá uma placa informando: “Fiscalização eletrônica”. Mas não há esse tipo de fiscalização para a velocidade dos veículos. Trata-se de uma informação mentirosa, usada como controle sobre o cidadão. Isso porque a legislação de trânsito diz que se houver fiscalização eletrônica o cidadão deve ser informado sobre sua existência, para que ela possa ser praticada. Então, colocaram a placa de sinalização como forma de controle e de inibição. Isso é apenas um exemplo de controle, pois eles são tantos e tão variados e tão fortes e violentos que muitos se tornam difíceis de serem identificados como tal. Pode-se entrar no campo da economia, por exemplo, e aí estão os controles...

Se se perguntar sobre a “liberdade de imprensa” nos meios de comunicação, a constatação não é nada animadora: não há; há apenas interesses econômicos das empresas e das emissoras e órgãos de comunicação; só se pode falar e escrever o que querem ou o que permitem que seja falado ou escrito. Diante da constatação dessa realidade, pode-se passar das considerações sobre o controle que há sobre a sociedade e sobre os cidadãos e pensar naquele “monstro” que viveu durante a ditadura aqui no Brasil e que viveu e vive em todas as ditaduras espalhadas pelo mundo inteiro, tanto as conhecidas quanto as veladas. Na verdade, é até impróprio dizer que a censura está relacionada às ditaduras, conforme pode depreender a frase anterior. Uma coisa não está diretamente ligada à outra. O fato é que, nas ditaduras, há uma incidência maior da força bruta como forma de controle. Mas, em se tratando da censura, muitas vezes, as democracias são muito mais violentas ainda no que diz respeito à censura, ao controle ideológico, conforme pode ser visto em “Ministério do Silêncio. Seu autor afirma que as ações do “serviço secreto”, especialmente seus “desvios”,

não foram uma exclusividade do período autoritário; ocorreram também – e em larga escala – em todos os governos democráticos estabelecidos por eleições diretas realizadas a partir de 1956, quando o Serviço começou efetivamente a funcionar. Foi assim, portanto, com Juscelino Kubitschek (1956-1961), com Jânio Quadros (1961), com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nos três primeiros anos do governo Lula, iniciado em 2003, também era assim. (FIGUEIREDO, 2005, p.15).

Retomando, pode-se perguntar: o que é a censura senão a proibição de dizer, e de dizer como vemos e como compreendemos, a partir das nossas condições de produção, a partir da nossa vontade e do nosso engajamento em uma proposta de reprodução ou de alteração das “condições de produção”? Os interesses político-partidários, econômicos ou religiosos não estão, constantemente, exercendo a censura sobre todas as suas formas de existência? Acaso podes falar mal do governo em qualquer lugar? Em qual cidade existe um jornal em que qualquer cidadão pode publicar o que escreve? Qual instituição tem um mural em que qualquer cidadão possa escrever o que quiser e publicar ali? Por que a sociedade é constituída em cima da oralidade e não da escrita? Por que o governo, em nome de oferecer livros didáticos para todos os alunos do Ensino Fundamental e, mais recentemente, do Ensino Médio, tirou o espaço de escrita dos alunos no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa, limitando-os a respondentes de perguntas com respostas previsíveis, não deixando que os alunos vivam a fantástica experiência de “brincar” com a língua para fazê-la produzir sentidos, como nos consagrados versos de Carlos Drummond de Andrade (1977, p.61-62)?

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho.
no meio do caminho tinha uma pedra.

Ou de Manuel Bandeira (1973, p. 369):

Allinges

És grande e bela, como as deusas e as esfinges
E as montanhas e o mar... És noite e aurora, Allinges!

Ou de Vinícius de Moraes (1976, p. 205):

Epitáfio

Aqui jaz o sol
Que criou a aurora
E deu a luz ao dia
E apascentou a tarde

O mágico pastor
De mãos luminosas
Que fecundou as rosas
E as despetalou.

Aqui jaz o sol
O andrógino meigo
E violento, que

Possui a forma
De todas as mulheres
E morreu no mar.

Ou em Guimarães Rosa (1976, p. 11):

... e me inventei nesse gosto, de especular ideia. O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso...

E em versos escritos por Fernando Pessoa (1983, p. 149; 296):

O luar quando bate na relva
não sei que cousa me lembra...
Lembra-me a voz da criada velha
Contando-me contos de fadas.

E de como Nossa Senhora vestida de mendiga
Andava á noite nas estadas
Socorrendo as crianças maltratadas...

Se eu já não posso crer que isso é verdade,
Para que bate o luar na relva?

.....

Não sou nada
Nunca serei nada
Não posso querer ser nada
À parte disso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

Eu sei que sabes bem disso: o ato de escrever é uma outra forma da língua fazer sentido, dar sentido, construir sentido, ser sentido. E tudo a partir da reflexão, pois, quando falas, soltas tua língua como o rouxinol, como o canário-da-terra, como o sabiá-laranjeira... como a pintada no meio da floresta, ou como os bugios em festa ao amanhecer. Mas – isso é fundamental – quando escreves, pensas e trabalhas as palavras para que elas sejam capazes de dizer o indizível que está dentro de ti e que insiste em sair e fazer sentido para ti e para nós outros, pois necessitas mostrar que estás vivo, que existes, que há sentidos a descobrir a construir, a sentir...

Porém, essas coisas a censura não deixa fazer, pois uma vez feitas, provocam rupturas em cadeia, que chegam ao infinito, e mudam as coisas e aceleram a dinâmica das relações humanas e produz uma forma de energia incontrollável e desestabilizam todas as formas de opressão, de injustiça, de concentração – de riqueza e de poder; todas as formas de controle e da própria censura, que nos vigia com sua magra mão de morte e cheiro fétido de mortalha.

Escrever é perigoso, diríamos imitando Guimarães Rosa⁴. Ou visitaríamos Michel Foucault⁵ para escrever: o que há de tão perigoso no fato das pessoas escreverem e seus discursos proliferarem indefinidamente, e seus textos continuarem produzindo sentido, incontrollavelmente?

6 Ao pensar sobre estas questões tão sérias, lembro-me de leitura feita de um texto produzido por Roland Barthes⁶ em que ele deixa bem visível essa diferença entre esses dois atos, especialmente das perdas do ato de escrita em relação ao ato de fala. Diz ele coisas assim lá nesse texto:

Destaquemos, primeiramente, em linhas gerais, o que cai na armadilha

do texto impresso – “escrificação” (preferimos esta palavra, por mais pedante que pareça, à escrita: a escrita não é necessariamente o modo de existência do que está escrito).

Em primeiro lugar, perdemos, é evidente, uma inocência. Não porque o ato de fala seja por si mesmo, natural, espontâneo, verídico, expressivo de uma espécie de interioridade pura; muito pelo contrário, um ato de fala (sobretudo em público) é automaticamente teatral, vai buscar as artimanhas que usa (no sentido estilístico e lúdico do termo) em todo um conjunto de códigos culturais e oratórios: o ato de fala é sempre tático. Entretanto, no instante em que esta é passada a escrito, é a própria inocência daquela tática, perceptível a quem sabe escutar, como outros sabem ler, que apagamos...

Outra perda: o rigor de nossas transições. Frequentemente deixamos fluir o discurso de qualquer maneira e sem esforço...

A isso acresce uma última perda, infligida ao ato de fala no ato de transcrição: a de todos os restos de linguagem – do tipo “não é?” – que o linguista relacionaria sem dúvida com uma das grandes funções da linguagem, a função fática ou de interpelação...

Percebes que o próprio uso da linguagem, considerado o espaço e as condições de produção, já encerra em si um processo de proibição, inibição, corte, censural?

Percebes em que toca estamos enfiados, em que caverna estamos presos, em que ninho de urubus estamos plantados? Percebes? Aqui, liberdade de expressão é discutível. Controle e censura é o que há. Mas, se não estás satisfeito, podes continuar sofrendo um pouco mais, por que há uma realidade ainda mais perversa, a da interdição. Nela e por ela, podes tornar-te criminoso, ser preso, punido, proibido de. Nela e por ela, podes perder o direito de dizer e de escrever determinadas palavras. Podes ter interditado o teu caminho, tua estrada, via palavra, porque elas foram condenadas e estás condenado juntamente com elas. Recuperando referência anterior, é por isso que explicou Denise Osborne sobre a condenação do sujeito que ousou fazer uso de uma palavra condenada: “ele proferiu o termo depreciativo *nigger*, que é um termo extremamente ofensivo para se referir aos negros”.

Não se pode dizer ou escrever tudo de qualquer forma e em qualquer lugar. As palavras ditas ou escritas devem respeitar o lugar social ocupado pelo sujeito e estar condizentes com suas condições de produção. Então, esse lugar social regula o que se pode e como se pode dizer ou escrever. E essa limitação do que se pode impõe uma outra limitação: a do que não se pode. As condições de produção de um sujeito e a sua inscrição em determinado lugar social condicionam esse sujeito à ocupação de determinados espaços

discursivos: ele só pode dizer ou escrever determinadas coisas e de determinadas formas; a liberdade de dizer ou de escrever o que quer e do jeito que quer está interdita para ele. Ou dizendo de forma diferente: a liberdade de dizer ou de escrever o que se quer e do jeito que se quer está condicionada à própria condição do sujeito que diz ou que escreve; portanto, essa condição de dizer ou não dizer é inerente ao próprio sujeito e é condição de existência do próprio discurso.

A condição de dizer ou não dizer determinada coisa não é somente uma inscrição ideológica do sujeito é também uma alocação do sujeito em determinado espaço discursivo, conforme Guilhaumou⁷ explica, discutindo a evolução do conceito de formação discursiva. Mas se voltarmos para Foucault o nosso olhar, ele está a nos dizer, entre tantas coisas que “o discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz”⁸. E diz isso ao explicar o papel e a função do já-dito sobre o ato de dizer, sobre o discurso manifesto.

Dessa forma, como se pode garantir “liberdade de expressão” para as pessoas? Como alguém pode afirmar que isto há?

Voltando às primeiras palavras deste texto e ao texto tomado como motivação dessas reflexões, pode-se recuperar a questão da “liberdade de expressão”, que não existe, devido à organização da sociedade e do Estado com seus recursos de autossustentação – controle (aparelhos de repressão e aparelhos ideológicos), censura e interdição – e devido à condição de existência do discurso, que não permite o livre trânsito de qualquer sujeito e em qualquer condição.

Lembras-te do que disse Foucault sobre o próprio discurso e seu fechamento em relação ao sujeito? Lembras-te do que disse sobre a *exclusão*, sobre a *interdição*? Foucault⁹ foi incisivo: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Perguntas a mim o que se pode fazer diante de situação tão absurda, como dizes? Estás preocupado se há alguma saída para nossa tendência natural de defender e de exercer a prática da liberdade de expressão a qualquer custo? Procuras uma saída para esse aprisionamento do ser humano, que realizou a façanha de conquistar a linguagem verbal, e a escrita, e vê a si mesmo aprisionado por essas forças e impedido de realizar a grande missão humana de exercício pleno da liberdade e da destruição de todas as formas de fronteiras...? Pois é!... Não te des por vencido, pois, no exercício da própria liberdade de expressão, encontrarás, por ti mesmo ou em outros, o caminho para fugires do controle dos aparelhos ideológicos, para driblar a censura e anular sua força de proibição, para destrancar a palavra, romper as barreiras do hermetismo do discurso e instaurar um espa-

ço da livre expressão. E este espaço há, pois desde sempre é o lugar próprio do sujeito, do discurso e da linguagem com suas múltiplas condições de produção de sentido.

Curioso estás? Muito bem, isso alegre e satisfaz!

Mas, antes de falar sobre essa possibilidade de saída ou de pelo menos apontar a porta de saída para esse enclausuramento do sujeito, do discurso e da própria linguagem, é bom considerar que a transgressão é parte integrante do sujeito e do discurso.

Sabes o que me vem à mente agora? Aquela aula do Prof. Cleudemar¹⁰, quando ele se referia à “condição de incompletude do sujeito” e acrescentava: “em busca permanente de sua completude”. Se se fizer uma ponte até Guimarães Rosa, com ele podemos dizer que o sujeito é e não é ao mesmo tempo. Ele tem a razão de sua existência, enquanto sujeito, na sua inscrição ideológica, mas isso lhe impõe uma situação desconfortável, que o faz reproduzir as condições de produção que alimentam o conservadorismo das estruturas de dominação. Por outro lado, gritam nesse sujeito as razões de sua individualidade, que são condições para fomentar e realizar as mudanças e as transformações necessárias. Quando Althusser afirma que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”, ele não afirma que a condição de indivíduo que habita esse sujeito foi apagada. Pelo contrário, quanto mais assumida e consciente ela se torna, tanto mais se aprofunda a situação dialética desse sujeito que é e que não é ao mesmo tempo.

Eis, pois, que tudo se explica pelo estado e ânimo de transgressão que alimenta a existência desse sujeito, sempre dividido, cindido, dialético. “E a pergunta roda / e a cabeça agita”¹¹, como dizia Gonzaguinha. Responde-me com sinceridade: não seriam todos os atos de transgressão uma marca do sujeito, para encontrar e estabelecer um ponto de equilíbrio entre as duas realidades que habitam o mesmo sujeito – a interpelação ideológica e o esforço para não perder sua singularidade?

Não há uma explicação convincente ou conclusiva, mas apenas indicações de que o ser humano, na busca de sua identidade e no esforço para conquistar o seu próprio espaço vive a transgredir. Há uma frase da cultura popular – “Tudo que é proibido é mais gostoso.” – que ajuda a entender como essa tendência está em todos os segmentos sociais, tanto que o “ditado” é popular. Isso não nos mostraria que essa própria cultura popular consagra os atos de transgressão como coisa boa? Pois é. Pensar não é lançar dúvida, pôr em questão aquilo que está estabelecido? Pensar, em si, já não é um ato de transgredir? Para enfrentar situações novas ou desafiantes não é necessário buscar soluções novas, novas alternativas? Sim. Faz-se necessário sair daquela posição a que chamamos, socialmente, de “lugar comum”, lugar em que todos se alojam buscando saídas e que continuam no mesmo lugar, pois as saídas só são encontradas no espaço da transgressão. Quando Lia Luft¹² nomeou

uma série de textos que publicou com o título do livro **Pensar é transgredir**, ela, na verdade, acredito, quis também dizer que o ato de transgressão não é nenhuma coisa pecaminosa, proibida, desumana... pelo contrário, acabou confirmando nos textos do livro, de forma geral, que transgredir é uma forma de enfrentar dificuldades e encontrar soluções, alternativas... e tomou o vocábulo pensar, porque ele produz sentidos fantásticos, especialmente, o de que pensar é o maior espaço de liberdade que o ser humano tem e através do qual pode expressar-se nas mais fecundas formas de apresentação que o ser humano pode fazer de si mesmo.

Se é que o sujeito está sempre em busca de si mesmo, em busca da compreensão de sua condição de incompletude, o ato de pensar e, a partir daí, a prática dos atos de rompimento com as condições de soluções tidas como previsíveis, normais... não poderiam ser compreendidos como atos e atitudes transgressoras? Isso não explicaria a grandeza do transgredir, como sendo tomada de certa posição, a partir do pensar, do arquitetar e do criar? Lembro-me aqui de versos de Fernando Pessoa¹³ que afirmam que navegar não é preciso, o que é preciso é criar. É possível, também, buscar em versos de Carlos Drummond de Andrade¹⁴ exemplos dessa ação criadora, desse arquitetar sentidos a partir da manipulação da palavra.

Penetra surdamente no reino das palavras
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.

.....
Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
Tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

Pensas que estou fugindo da questão inicial? É por isso que me perguntas novamente sobre a liberdade de expressão? Pois então! Reafirmemos. Não há liberdade de expressão se há um reconhecimento cego e servil, se há um respeito inconsequente das normas estabelecidas pelas forças controladoras, exploradoras, dominadoras... se há uma capitulação do sujeito frente os aparelhos ideológicos do Estado, um silenciar-se diante da censura, um acomodar-se frente a todos os momentos e situações em que se é interdito... se há uma aceitação de que a palavra pertence ao outro e não ao sujeito... se não se exercita a interferência no discurso “do outro” para apropriar-se dele e fazê-lo seu; se não se exercita

o direito de verbalizar o discurso ao próprio gosto e modo; se não se penetra no reino das palavras para fazer com que elas revelem aquilo que, muitas vezes, permanece escondido, censurado, interdito...

Agora, meu amigo, perguntas-me como fazer isso? É muito fácil e muito difícil, ao mesmo tempo. Implica ter coragem de ousar, de fazer diferente. Ter coragem de libertar a palavra que está no dicionário, na sociedade, paralisada por uma crosta que a impede de produzir sentidos. Lembra-te da *Poética*, de Aristóteles¹⁵. Estudaste lá sobre a *mímesis* e a *catarse*? Recordas-te da idéia de imitação e de purificação que nesta teoria encontramos o fazer poético, o fazer literário? Contraponha essas idéias, que nos são úteis e aplicáveis, com o que está em Vinícius de Moraes¹⁶, em:

Poética (I)

De manhã escureço
De dia tardo
De tarde anoiteço
De noite ardo

A oeste a morte
Contra quem vivo
Do sul cativo
O este é meu norte

Outros que contem
Passo por passo:
Eu morro ontem

Nasço amanhã
Ando onde há espaço
- Meu tempo é quando.

Poética (II)

Com as lágrimas do tempo
E a cal do meu dia
Eu fiz o cimento
Da minha poesia.

E na perspectiva
Da vida futura

Ergui em carne viva
Sua arquitetura.

Não sei bem se é casa
Se é torre ou se é templo:
(Um templo sem Deus.)

Mas é grande e clara
Pertence a seu tempo
- Entrai, irmãos meus!

Mas deixemos esses dois casos e façamos uma visitinha a Érico Veríssimo¹⁷. Sim, foi ele mesmo que defendeu o caráter social da Literatura, a Literatura com instrumento e estratégia para se fazer as transformações sociais. Mas não quero falar nessa proposta, pois teríamos que entrar em outro campo dialético em que a Literatura é um fenômeno histórico, portanto político e ideológico, mas a Literatura tida como social é questionada em muitos autores como sendo desprovida de literariedade. Estaríamos em um espaço, novamente, de uma realidade que é e que não é ao mesmo tempo. E esse espaço de discussão e reflexão oferece material para um bom artigo; não convém que seja abordado aqui de forma menor.

Gostaria que visitássemos uma parte de um dos livros de Érico Veríssimo – **Incidente em Antares**¹⁸. Como aqueles mortos puderam voltar e agir em Antares como fizeram? Um absurdo, não é? Uma fantasia. Uma loucura. Mas conheces a cidade onde moras? Sabias que o atual prefeito orgulha-se de trabalhar até tarde da noite e que faz atendimento ao público até depois de uma hora da manhã, em seu gabinete? E que nem por isso está impedindo a cidade de mergulhar-se em um marasmo profundo, apontando a possibilidade de uma decadência sem referências? Lá e cá. Ontem e hoje. Na ficção e na realidade. Tudo é a mesma coisa. Basta acordar a palavra. Libertá-la. Deixar que ela faça sentido, que ela produza sentidos...

Não precisas perguntar se estou falando de Literatura. É isso mesmo. E esse é o caminho. Especialmente se considerarmos que Literatura é uma construção estética, conforme Eduardo Portela

construída na tensão entre a interioridade e a exterioridade, categorias inerentes a todo e qualquer fenômeno. E todo fenômeno é humano, existencial, pois não pode desconhecer a interpretação que o homem se dá. Tem que ser igualmente interpretação do fenômeno e da existência... a experiência estética é uma experiência humana¹⁹.

E melhor ainda é uma experiência que liberta o sujeito para que ele possa viver um momento de expressão discursiva livre das forças opressoras, cerceadoras e inibidoras das liberdades de expressão humana e linguística.

Vê bem o que posso assegurar-lhe. A Literatura é um espaço, um caminho, uma forma, uma alternativa que se nos apresenta para que encontremos a verdadeira liberdade de expressão, de que falamos lá nas primeiras linhas, nas primeiras frases. Ela não é concessão de nenhuma sociedade ou Estado. Não é garantida por nenhuma lei. Ao contrário, as leis só existem para limitar toda e qualquer liberdade de expressão. Mesmo estando lá escrito em seus textos essas garantias. Mesmo porque, se a lei diz que há é porque ela, em si, reconhece que não há, portanto, os legisladores querem dizer que existe, através de palavras vazias das condições necessárias para que os discursos consagrem-se como expressão dos sujeitos.

E quando podemos afirmar que a Literatura é uma saída para a falta de liberdade de expressão é porque estamos certos de que, em todos os momentos de nossa história, ela serviu para abrigar os sujeitos e protegê-los para que pudessem inscrever-se nos mais diferentes discursos, livres das limitações impostas pelos organismos de controle da sociedade; livres das limitações criadas pela censura, em todas as suas formas de manifestação; livres das artimanhas engendradas pela interdição, desde a que cassa a palavra do sujeito até aquela que oferece a ele uma palavra castrada e limitada em suas possibilidades de expressão e produção de sentidos; livres das limitações impostas pelo próprio discurso.

Em síntese, não há liberdade de expressão em lugar algum, em momento algum. A palavra pertence ao sujeito para que ela faça sentido, quando ela faz sentido. A sociedade, em todas as suas formas de organização, cassa a palavra do sujeito para mantê-lo sobre controle. E a única forma de libertar-se dessas amarras e limitações impostas é, através da transgressão, desviar esse sujeito à palavra para o espaço da Literatura, lugar em que ele pode afirmar-se como sujeito/indivíduo – sem o sofrimento do conflito dialético de ser e não ser –, expressar-se livremente e contribuir para que a própria sociedade sobreviva com seus valores históricos e artísticos, construídos pelos sujeitos através da força criadora da palavra, através da capacidade dos discursos proliferarem gerando outros e múltiplos sentidos e discursos.

Não é de graça que se pode afirmar que a contribuição dos poetas sempre foi determinante em cada momento da história humana e que, “o mundo nunca precisou tanto de seus poetas como hoje”, diante dos atuais desafios.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977. 1.315p.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1999. 290p.
- BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1973. 485 p.
- BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. 222 p. ISBN 978-85-99803-21-9.
- BARTHES, Roland. *Do ato de fala ao ato de escrita*. In **O texto, a leitura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. p.3-7.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. 117 p. ISBN 85-99139-05-3.
- _____. **(Re)tratos discursivos do Sem-Terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2005. 589 p. ISBN 85-01-06920-5.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 79 p.
- _____. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 239 p. ISBN 85-218-0261-7.
- JÚNIOR, Luís Gonzaga do Nascimento (Gonzaguinha). *O que é o que é?* In **Meus Momentos**, CD. Manaus: Videolar da Amazônia, 1994.
- 4 LUFT, Lya. **Pensar é transgredir**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 185p. ISBN 85-01-06969-8.
- MORAES, Vinícius de. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976. 787 p.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1983. 772 p.
- Evidência, Araxá, n. 5, p. 139-156, 2009

PORTELA, Eduardo. *Teoria da Comunicação Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. 176 p.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 11 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1976. 460 p.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *Teoria da Literatura*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2004. 87p. ISBN 85-08-09479-5.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Editora Globo. 1978. 487 p.

_____, Érico. *Um certo Henrique Bertaso / Artigos Diversos*. Porto Alegre: Editora Globo. 1978. 211 p.

¹ Jornal *Clarim* é um semanário com circulação em Araxá. A matéria em foco foi publicada na edição do dia 28 de novembro de 2008; p. A2.

² Foucault, Michel. *A ordem do discurso*.

³ Althusser, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*.

⁴ Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*, 1976, p. 11.

⁵ Michel Foucault, *A ordem do discurso*, 2004, p. 8.

⁶ Roland Barthes, *Do ato de fala ao ato de escrita*, in *O texto, a leitura*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 3-4.

⁷ Guilhaumou apud Cleudemar Alves Fernandes. *(Re)tratos discursivos do Sem-Terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

⁸ Michel Foucault, *Arqueologia do saber*, 2002, p. 28.

⁹ Michel Foucault, *A ordem do discurso*, 2004, p. 9.

¹⁰ Trata-se do Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes, professor da Universidade Federal de Uberlândia. A circunstância apontada foi a aula de Introdução à Análise do Discurso, disciplina do curso de Mestrado daquela instituição. O fato mencionado ocorreu em 2002. Os conceitos aí abordados foram publicados, posteriormente, em *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. 117 p. ISBN 85-99139-05-3.

¹¹ Luís Gonzaga do Nascimento Júnior (Gonzaguinha). O que é o que é? In *Meus Momentos*, CD. Manaus: Videolar da Amazônia, 1994.

¹² Lya Luft, *Pensar é transgredir*. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 185p. ISBN 85-01-06969-8.

¹³ Fernando Pessoa, *Obra poética*, Ed. Nova Aguilar,

¹⁴ Carlos Drummond de Andrade, *Poesia Completa e Prosa*, Ed. Nova Aguilar

¹⁵ Aristóteles, *Arte Retórica e Arte Poética*, Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1999. 290p.

¹⁶ Vinícius de Moraes, *Poesia completa e Prosa*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1976, p. 277 e 351

¹⁷ Érico Veríssimo, *Um certo Henrique Bertaso / Artigos Diversos*. Porto Alegre: Editora Globo. 1978. 211 p.

¹⁸ Érico Veríssimo, *Incidente em Antares*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1978. 487p.

¹⁹ Eduardo Portela, *Teoria da Comunicação Literária*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. 176p.

*** Prof. Ms. Hermes Honório da Costa**

Centro Universitário do Planalto de Araxá – Uniaraxá

Currículo - <http://lattes.cnpq.br/4639297417731922>

Endereço eletrônico: hermes@uniaraxa.edu.br

Abstract: This text begins thinking about a newspaper article and interlace some considerations about the “expression freedom”. Starting by these thoughts, it searches the role of control organisms, censorship and interdiction have upon the subject, upon the speech circulations and upon the sense production, using the Speech Analysis. On the opposite side to this verified reality, it visits the Literature and tries to find an exit to this subject could practice the “expression freedom”, by the way of creation and the esthetic construction in the verbal language field. The foundation of this article is on Speech Analysis theoreticals, of french line, and on Literature. And the corroborations are on writing pieces of authors of Brazilian Literature.

Key-words: Speech Analysis, Literature, subject, speech, sense.
